



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul
Brasil

Lazzaretti Picolotto, Everton; Diesel, Vivien
Implicações da apropriação da categoria "agricultura familiar" na trajetória da organização dos
agricultores do Alto Uruguai do RS
Desenvolvimento em Questão, vol. 6, núm. 11, enero-junio, 2008, pp. 41-67
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75211185006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Implicações da Apropriação da Categoria “Agricultura Familiar” na Trajetória da Organização dos Agricultores do Alto Uruguai do RS

Everton Lazzaretti Picolotto¹

Vivien Diesel²

Resumo

Este artigo objetiva discutir a questão do potencial dos movimentos sociais na renovação da sociedade a partir do caso do movimento dos agricultores na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Parte-se do suposto de que para melhor compreender o potencial renovador do movimento torna-se necessário contextualizar, inicialmente, o processo de formação de sua identidade coletiva, revelando as múltiplas determinações que nele se manifestam. Para isso, atém-se especificamente aos processos de formação da identidade da “agricultura familiar”, de *positivação* deste modo de agricultura e a diferenciação identitária com relação a outros movimentos atuantes na região do Alto Uruguai. A análise deste caso é particularmente reveladora de como um movimento de agricultores consegue transformar sua forma de inserção social e o modo como é reconhecido socialmente (positivação) e manter, ao mesmo tempo, inalteradas algumas práticas e concepções conservadoras, características das “antigas colônias de imigrantes”.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Fetraf-Sul. Identidade coletiva. Agricultura familiar. Alto Uruguai.

¹ Doutorando em Ciências Sociais CPDA/UFRRJ, mestre em Extensão Rural, UFSM. Endereço: Rua Silvio Romero, 23, Apart. 102, Santa Teresa, Rio de Janeiro-RJ. CEP: 20230-100. E-mail: picolottoac@yahoo.com.br

² Professora doutora adjunta do DEAER/CCR/UFSM. Endereço: DEAER/CCR, Campus da UFSM, Bairro Camobi, Santa Maria-RS. CEP: 97105-900. E-mail: vivien@ccr.ufsm.br

Abstract

This article aims at to discuss the subject of the potential of the social movements in the renewal of the society starting from the case of the farmers' movement in the area of Alto Uruguay in the state of Rio Grande do Sul (RS). Based on the assumption that is for best understanding the renovating potential of the movement it becomes necessary to contextualize formerly the process of construction of farmer's collective identity revealing its multiple determinations shown. Therefore, they are regarded specifically to the processes of construction of the identity of the "family agriculture", of turning positive this form of agriculture and of the identity differentiation regarding other active movements in the area of Alto Uruguay. Besides, the analysis of this case is particularly enlightener of how a movement of farmers gets to transform its form of social inclusion and the way how it is recognized socially (positively) and to maintain unaffected, at the same time, some practices and conservative conceptions characteristics of the "old colonies of immigrants".

Keywords: Social movements. Fetraf-Sul. Collective identity. Family agriculture. Alto Uruguay.

Tornou-se lugar comum nas Ciências Sociais o entendimento de que os movimentos sociais estão relacionados aos processos de renovação da sociedade. Suas ações contribuem para a reflexão sobre a realidade concreta, seja por apontar para os problemas vivenciados por determinados segmentos sociais, seja por produzir novas agendas tanto para o Estado quanto para a sociedade civil. Melucci (2001, p. 21) entende que “Os movimentos contemporâneos são profetas do presente.³ Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida”.

Alguns autores observam que, no Brasil, houve um grande entusiasmo com relação à força política transformadora dos movimentos sociais ao final da década de 70, o qual foi seguido de decepção a partir do final da década de 80. Disso resultou um relativo “abandono” do tema por parte da academia, que passou a privilegiar o estudo da “sociedade civil” (Ottmann, 1995; Lavalle, 2003). Neste novo século o tema é retomado e, embora sem o entusiasmo característico de períodos anteriores, há o reconhecimento da presença e da importância dos movimentos nos processos de renovação social (Lavalle et al, 2007).

Entende-se que muitas das esperanças depositadas nos movimentos sociais surgem de uma leitura de que estes levam à constituição de espaços alternativos de discussão sobre os rumos da sociedade, possibilitam a manifestação, revelam e defendem a visão de segmentos geralmente não representados nas instituições formais. Investigando-se a teoria, constata-se que a formação dos movimentos remete a avanços em termos de definição de uma identidade coletiva, de um projeto e na identificação de um opositor social. Neste contexto, entende-se que a singularidade, a legitimidade e o potencial renovador do projeto passam a estar relacionados à forma como se realizam estes processos de formação de identidade, projeto e identificação de opositor.

³ “Como os profetas, ‘falam à frente’, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (Melucci, 2001, p. 21).

A necessidade de “novas leituras” sobre os rumos da agricultura brasileira é um fato. A história recente remete à adoção de um modelo de desenvolvimento concebido tecnocraticamente, que foi responsável pela exclusão de muitos agricultores do meio rural e promoveu significativa degradação dos recursos naturais. Muitos autores reconhecem a força renovadora dos movimentos de agricultura alternativa, alguns protagonizados por segmentos acadêmicos, mas pouco se investiga sobre o potencial renovador dos movimentos de agricultores.

Parte-se do suposto de que para melhor compreender o potencial renovador dos movimentos dos agricultores torna-se necessário inicialmente contextualizar o processo de formação de sua identidade, revelando as múltiplas determinações que nele se manifestam para, a seguir, analisar suas conseqüências sobre as relações sociais. Dada a complexidade do tema propõe-se uma pesquisa de cunho exploratório, em que a questão é examinada inicialmente no plano teórico e, depois, a partir do caso da organização dos agricultores na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (RS).

Processos de formação de identidade nos movimentos sociais e suas implicações

A noção de movimento social não é consensual nas Ciências Sociais. Alexander (1998) e Gohn (2000) apontam para a existência de paradigmas conflitantes.⁴

⁴ Alexander (1998) faz alusão a uma polarização de concepções entre o que chama de *modelo clássico* (europeu) que privilegia as *interpretações históricas das revoluções* (remetendo às determinações estruturais dos movimentos sociais) e uma interpretação *norte-americana*, que valoriza a *organização e mobilização de recursos* por atores sociais. Gohn (2000), por sua vez, diferencia quatro grandes paradigmas de movimentos sociais, a saber: o *marxista*, o *norte-americano*, o dos *novos movimentos sociais* e o *latino-americano*. Oportunamente adotam-se aqui contribuições teóricas de autores identificados com o paradigma dos *novos movimentos sociais e neomarxista*.

Alain Touraine (1977), ainda na década de 70, trouxe elementos significativos ao estudo dos movimentos sociais. Segundo sua perspectiva, o que motiva o surgimento de um movimento social “são os interesses opostos” entre diferentes atores sociais que lutam pelo controle das orientações gerais da sociedade (rumos do desenvolvimento e a organização da cultura). Para este autor, o fenômeno empírico movimento social deve compreender a conjugação de três princípios: um *princípio de identidade* (que é a definição do ator por ele mesmo), um *princípio de oposição* (o ator identifica um adversário) e um *princípio de totalidade* (que é a participação no sistema de ação histórica). Dessa forma, o que caracteriza a existência de um movimento social são os três elementos derivados destes princípios: o *ator*, seu *adversário* e o *que está em jogo no conflito*.

Em trabalho mais recente, diante da “banalização” da expressão *movimento social*, Touraine (2003, p. 113) busca delimitar melhor este conceito, afirmando que este só é útil se permite pôr em evidência a existência de um tipo particular de ação coletiva, “aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade”.

Manuel Castells (1999, 2002, 2003), ao diagnosticar a formação de uma nova base material (*sociedade em rede* – derivada da revolução das tecnologias da informação), aponta também para mudanças nas possibilidades de transformação social a partir de movimentos. Partindo de Castells (2002) observa-se que a construção de identidades coletivas – por ocorrer sempre em contextos marcados por relações de poder – pode se dar de três formas e com funcionalidades distintas, a saber: a) *identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir e racionalizar sua dominação, aplica-se a diversas teorias de nacionalismo; b) *identidade de resistência*: criada por

atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade; c) *identidade de projeto*: quando os atores sociais, empregando qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Para Castells, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “*identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*” (2002, p. 24), ou seja, um conjunto de organizações e instituições que reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “*identidade destinada à resistência*” leva à formação de *comunas, ou comunidades*, [...] dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” (p. 25); a *identidade de projeto* produz *sujeitos*, os quais não são meramente indivíduos, são “o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (p. 26).

Estudos de caso possibilitam entender dinâmicas que explicam as configurações específicas assumidas por determinados movimentos em dada conjuntura social. Ottmann (1995), examinando os movimentos sociais urbanos no Brasil, fornece algumas contribuições críticas importantes para entender suas manifestações empíricas. Para o autor (p. 189-190):

Os atores do movimento social, embora dominando uma abundância de conhecimento sociocultural, poderiam ser desqualificados por uma disponibilidade muito limitada de educação formal e, conseqüentemente, pela falta de conhecimento racional científico [...]. A dominação da vida pública no Brasil por correntes especializadas de conhecimento racionalista científico exacerba essa limitação.[...] Ademais, a percepção limitada dos procedimentos administrativos reduz a capacidade do ator para desenvolver ações estratégicas eficazes utilizando canais formais. Os movimentos sociais são, assim, depen-

dentos do conhecimento estratégico que entra em sua esfera cognitiva através de fontes como sindicatos, partidos políticos, lideranças do movimento social, intelectuais, contato com autoridades oficiais, profissionais liberais e instituições religiosas. Transmitindo ou estratégias pré-fabricadas ou fragmentos de conhecimento “do sistema”, essas agências impactam o acervo de conhecimento dos movimentos sociais e aumentam suas escolhas de respostas estratégicas.

Compreende-se que tais colocações remetem à importância das relações que tendem a ser estabelecidas entre os movimentos e agentes mediadores externos. É neste contexto que se [re]concebem os processos de formação de identidades:

Rompendo com concepções estáticas aqui as identidades são, então, definidas por agrupamentos discursivos sobrepostos que, formando uma matriz multidimensional [...] promulgam uma resposta fluida a um contexto situacional – habilitando a uma certa leitura dos eventos. Várias matrizes de identidade, de novo dependentes de situação ou do projeto/estratégia, constituem um sistema de matriz polimórfica que compõem a locação de identidade de um ator (Ottmann, 1995, p. 190).

Assim, Ottmann (p. 190) defende a tese de que as identidades do movimento social são fluidas e dependentes do contexto, mas “não aparecem repentinamente como resultado de circunstâncias socioeconômicas em mudança. São formações discursivas que se cristalizaram ao longo de um período de tempo substancial”.

Antecedentes históricos e formação da identidade da “agricultura familiar” no Alto Uruguai do RS⁵

A região do Alto Uruguai está situada no noroeste do Rio Grande do Sul e teve uma ocupação tardia em comparação com as demais regiões deste Estado. Coberta originalmente por florestas, sua ocupação mais efetiva deu-se pela formação de “colônias” a partir do início do século 20. Os ocupantes eram colonos provindos, em sua maioria, de outras colônias do Rio Grande do Sul, mais antigas, que migravam pela escassez de terras disponíveis nas regiões de origem.

Conforme Schneider (1999a), o modo de vida dos colonos no período inicial baseava-se, fundamentalmente, em uma *forma de produzir* e uma *forma de sociabilidade* particular das áreas coloniais, caracterizando o que chama de *sistema agrícola colonial*. Em função das condições em que se instalavam as famílias, a forma de produzir alicerçava-se sobre a propriedade da terra, a produção para subsistência e as trocas econômicas locais. Assim, era praticada uma agricultura baseada no corte e queima da mata e que tinha como culturas principais o milho, o feijão preto, a abóbora, a mandioca e o tabaco, a produção da banha de porco (Deser, 2002), complementadas pela extração de madeira e de erva-mate (Carini, 2005). As formas de sociabilidade predominantes eram as relações de parentesco, de solidariedade entre vizinhos, as práticas religiosas ou as festas comunitárias. Ou seja, era em torno da comunidade que se estabeleciam as relações sociais (Conterato, 2004).

⁵ As reflexões contidas neste artigo fazem parte de um estudo de caso feito na região do Alto Uruguai para realização da dissertação de Mestrado intitulada: “*Sem medo de ser feliz na agricultura familiar: o caso do movimento dos agricultores familiares em Constantina-RS*” (Picolotto, 2006), apresentada ao curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. Para realização deste estudo partiu-se das narrativas dos líderes do movimento, recompondo-se a trajetória da mobilização e organização social e suas autodefinições quanto a identidade, projeto e adversário. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas durante os anos de 2004 e 2005. Para precisar e possibilitar uma adequada interpretação das entrevistas buscou-se a caracterização da estrutura agrária, recomposição do contexto histórico (especialmente quanto aos aspectos relacionados à evolução da conjuntura econômica da agricultura na região e formas de organização política dos agricultores) e consulta a documentos diversos.

Na perspectiva de Schneider (1999a), o modo de vida dos colonos manteve-se socialmente ancorado no processo de expansão para áreas “virgens”. Na medida em que eram necessárias novas terras para os descendentes dos colonos, eram abertas novas colônias em uma região “desabitada”.⁶ Com a escassez de “terras virgens”, principalmente no final dos anos 50 e início dos anos 60, emergiram expressivos conflitos fundiários na região. Estes conflitos foram protagonizados, notadamente, pelo Master⁷ (na reivindicação por reforma agrária) e por colonos e indígenas (conflitos em torno da ocupação das reservas indígenas).⁸

Há cerca de três décadas atrás iniciou-se um processo de organização que, de certo modo, definiu os contornos do movimento atual. Nessa época os agricultores haviam aderido aos incentivos governamentais para modernização da agricultura, estavam relativamente especializados na produção de soja e manifestavam as primeiras preocupações com seu futuro devido às dificuldades de ordem financeira.⁹

A organização dos agricultores foi assessorada, inicialmente, pela Igreja. Segundo Zamberlam e Froncheti (1992, p. 51) a concepção teórica da Teologia da Libertação orientou a prática da Igreja junto aos “pobres” do campo,¹⁰ principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, diante da “agressão do capitalismo” e do “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência do (pequeno) agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias.

⁶ A carência de áreas na região determinou a migração e ocupação de áreas de florestas consideradas desabitadas nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, o avanço sobre terras indígenas e as ações coletivas de reivindicação de acesso à terra por parte dos “colonos sem-terra”.

⁷ Movimento dos Agricultores Sem Terra. Maiores detalhes sobre o Master ver Medeiros (1989).

⁸ Para maiores detalhes acerca dos conflitos entre colonos e indígenas na região ver Carini (2005).

⁹ Para maiores informações sobre o processo de modernização da agricultura no Planalto Gaúcho ver Brum (1988) e sobre a percepção dos agricultores sobre as tecnologias agropecuárias ver Figueiredo e Araújo (1984).

¹⁰ Segundo Martins (1988), o setor progressista da Igreja, a partir de meados da década de 1970, tomou uma “opção preferencial pelos pobres”, uma opção que não é ingênua, mas sim uma clara opção política.

Este processo inicial de organização política envolveu a “mobilização” e “formação” de identidades. Nesse sentido a problemática inicial que propiciou a mobilização de identidades foi a situação de crise da agricultura “modernizada” e a constatação de que os agricultores haviam perdido sua autonomia, característica do seu modo de vida colonial (tradicional). Assim, assessorados pela Igreja, assumiram as identidades de “povo pobre”, “pequeno agricultor”, de “trabalhador rural”, de “mulher trabalhadora rural”, além de terem buscado resgatar a de “colono”.

Com o trabalho da Igreja surgem as propostas de fortalecimento dos laços comunitários locais, de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de associações de cooperação agrícola, de reivindicações em torno de problemáticas específicas e a constituição de atores sociais autônomos (novas organizações). Do mesmo modo entendeu-se conveniente ocupar os espaços institucionais estabelecidos, o que levou os agricultores organizados a concorrerem à direção dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) locais.¹¹

O contexto de abertura democrática do final da década de 80 favoreceu a formação de diversos movimentos populares que assumem identidades específicas,¹² promovem articulações políticas entre atores sociais e manifestam suas reivindicações no cenário nacional (como no processo da Constituinte de 1988). Os agricultores mobilizados no Alto Uruguai

¹¹ No Rio Grande do Sul, a literatura faz referência à conquista do STR de Miraguaí, em 1983, e de Erechim, em 1984, como símbolos da renovação dos sindicatos rurais apoiados pela Igreja (Schmitt, 1996; Bonato, 2003). Com estas primeiras conquistas, vários sindicatos foram conquistados pelo movimento de oposição sindical (sindicalismo “autêntico”). Schmitt (1996, p. 196) descreve a sucessão de conquistas, muitas delas na região do Alto Uruguai: “Ocorrem ainda eleições em Tenente Portela, Rodeio Bonito e Erval Seco, com a vitória de chapas compostas por lideranças ligadas ao ‘sindicalismo autêntico’. No ano de 1985 chapas identificadas com o ‘sindicalismo combativo’ assumem em municípios como Ronda Alta, Sarandi, Seberi, Humaitá, Aratiba, Erval Grande e Tapejara. Em 1986 registram-se novas vitórias: Palmeira das Missões, Constantina, Venâncio Aires e Marcelino Ramos.”

¹² Os movimentos sociais que surgem a partir do final dos anos 70 passam a constituir identidades com funcionalidades específicas, a saber: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “mulheres trabalhadoras rurais”, “pequenos agricultores”, entre outras (Medeiros, 2001)

afirmam-se, basicamente, como “pequenos agricultores” estabelecendo certo diálogo com a academia especialmente nas suas vertentes de crítica social, avançando no sentido da definição de um projeto e propostas para a categoria. Cabe reconhecer, entretanto, que o movimento dos agricultores do Alto Uruguai foi além da postura reivindicatória por políticas públicas, buscando avançar na dimensão propositiva com a realização de experiências de produção no âmbito local-regional. A ênfase na promoção de experiências locais foi resultante de um processo de aprendizado de que as “lutas” reivindicatórias não eram suficientes para viabilizar a pequena agricultura. Com esta avaliação os sindicatos “combativos” (então aproximados à Central Única dos Trabalhadores – CUT) contribuíram para a formação, em 1986, na cidade de Passo Fundo, do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap). Nesse sentido o Cetap deve ser entendido como um reflexo da luta desses atores sociais pela elaboração de uma proposta tecnológica alternativa para a pequena agricultura, que garantisse, antes de tudo, sua sustentabilidade e autonomia em relação aos mercados capitalistas.

No início da década de 90 ocorre uma retração na articulação política entre as organizações de agricultores e ênfase na geração de alternativas de sobrevivência econômica num contexto de hegemonia do ideário neoliberal nas instâncias da política governamental nacional. No âmbito local, do Alto Uruguai, avaliava-se que as experiências de agricultura alternativa conduzidas na região conseguiam proporcionar certa autonomia aos agricultores e fortaleciam a capacidade de iniciativa e de construção de ações coletivas das comunidades rurais, mas não conseguiam atender à principal necessidade que a pequena agricultura sentia naquele período: superar o estrangulamento nas fontes de renda.¹³ Em termos

¹³ Constatava-se que fazer as próprias sementes de milho, adubação verde, organizar associações não propiciava o desenvolvimento de fontes alternativas de renda. O que se conseguia era reduzir os custos de produção de algumas culturas que, na maioria das vezes, eram de subsistência. As principais fontes de renda continuavam sendo o plantio da soja e do trigo (culturas em que a adubação verde e a produção de sementes próprias eram de difícil aplicação) e a criação de suínos.

de projeto esta avaliação traz importantes constatações: o reconhecimento da necessidade de manter um “carro-chefe” (produção geradora de renda monetária) e, portanto, a dificuldade de superar a dependência com relação à produção de *commodities*, e a dependência às políticas públicas, uma vez que estas *commodities* devem ser produzidas segundo um modelo tecnológico com uso intenso de capital (maquinários, insumos, etc.).

As “experiências alternativas” são reconcebidas neste contexto. Foram estruturadas organizações cooperativas locais para a viabilização econômica dos pequenos agricultores com vista ao rompimento (mesmo que relativo) do círculo vicioso da dependência das cooperativas tradicionais (de produção de trigo e soja) e orientação para nichos de mercado (produção de “soja orgânica”), acreditando-se que, deste modo, haveria maior possibilidade de apropriação do resultado do trabalho pelos agricultores. Simultaneamente ao relativo fortalecimento das organizações locais observa-se a paulatina rearticulação das organizações de representação política com a unificação da “pauta nacional” (CUT/Contag) e a mobilização dos agricultores – trazendo novamente à cena política nacional suas reivindicações. Os “Gritos da Terra”¹⁴ (a partir de 1994) constituem um marco na retomada da “luta nacional” e contam com a participação dos agricultores do Alto Uruguai. Estas iniciativas vão ter importante repercussão da identidade do movimento.

A articulação nacional oferece uma oportunidade de aproximação entre a academia, setores do Estado e os movimentos sociais com crescente apropriação da categoria de agricultura familiar. Schneider (1999b, p. 23) explicita como ocorreu a emergência da noção de agricultura familiar:

¹⁴ Segundo Medeiros (2001, p. 118), os “Gritos da Terra”, iniciados em 1994, constituem-se de “[...]mobilização de trabalhadores de diversos pontos do país, trazendo-os para as ruas, realizando ocupações de órgãos públicos, manifestações, [...]. Através deles busca-se uma forma espetacular de apresentação/negociação de demandas com o Estado, mas também apoio da sociedade para suas propostas”.

De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e do papel dos pequenos produtores rurais, [...] no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos¹⁵ que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, [...] e que introduziram a questão.

Entende-se que, a partir desse momento, a categoria “agricultura familiar” será crescentemente internalizada pelos movimentos, nomeando organizações (Frente Sul da Agricultura Familiar e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul)¹⁶ e passando a assumir funcionalidade de “identidade de projeto” (que está fundamentando um “projeto” de vida diferente).

Nesse sentido entende-se que, enquanto o movimento dos agricultores familiares fazia experiências de agricultura alternativa, buscando alcançar a sobrevivência em uma conjuntura desfavorável, ele fazia uso de identidades com funcionalidade de resistência (“povo pobre”, “colono”, “pequeno agricultor”). Quando, no entanto, passou a se articular mais efetivamente em âmbito regional e nacional, e contar com certo respaldo acadêmico e algum apoio institucional, o movimento passou a adotar uma identidade (agricultor familiar) com funcionalidade de projeto. Esta identidade tem propiciado a construção de novo projeto, incluindo novas formas de sociabilidade aos agricultores.

¹⁵ Os trabalhos acadêmicos a que se refere Schneider, são os trabalhos de Abramovay (1992), Veiga (1991) e a tradução para a língua portuguesa de dois livros organizados por Lamarche (1993, 1998).

¹⁶ A formação da Frente Sul da Agricultura Familiar e da Fetraf-Sul faz-se sobre uma base organizativa anterior que remete à Articulação Sindical Sul (década de 80) e ao Fórum Sul dos Rurais da CUT (criado em 1992). O movimento sindical dos “rurais da CUT”, depois de um período de desarticulação regional, volta a se articular mais efetivamente na região Sul formando, em 1999, a “Frente Sul da Agricultura Familiar”, como uma articulação de sindicatos, cooperativas e ONGs que se identificaram com o projeto da agricultura familiar. Esta articulação regional em torno da identidade “agricultura familiar” propiciará a formação, em 2001, da Fetraf-Sul como uma organização sindical oficializada (com vinculação cutista) e que passará a disputar as bases da Contag na região (Cordeiro et al., Bonato, 2003).

Implicações da incorporação da agricultura familiar enquanto “identidade de projeto”

Conforme mencionado na seção anterior, a partir da metade dos anos 90 a condição de isolamento político dos agricultores da região do Alto Uruguai se altera, quer seja pela articulação eficiente das principais organizações representativas gerais em âmbito nacional, quer seja pelo estabelecimento de negociações com o governo federal e o reconhecimento oficial da “agricultura familiar” como um segmento social digno de ser contemplado com políticas específicas (como o Pronaf).¹⁷ Da mesma forma, o Estado, por meio de programas para públicos específicos, ações “públicas não-estatais” e construção “participativa” de políticas públicas, aproximou-se dos movimentos que preconizavam a “democracia de base”, especialmente onde existiam *administrações populares*. Entende-se que uma das implicações para os movimentos desta aproximação com o Estado refere-se à necessidade de especificar suas demandas, seu projeto.

Nesse contexto o modelo de agricultura proposto pelos movimentos fundamentou-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o consumo interno, seguindo a linha interpretativa, já adotada na década de 80, de que o “pequeno produtor” é responsável pela produção de alimentos. Segundo esta perspectiva, o setor do agronegócio pode dedicar-se à produção de *commodities*, pois a agricultura familiar responsabiliza-se com a produção dos alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão é explicitada no lema da Fetraf: “*Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação*”, aparecendo também nas chamadas dos Congressos da Agricultura Familiar organizados pela Fetraf-Sul (conforme Figura 1).

¹⁷ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



Figura 1 – Cartaz Congresso de fundação da Fetraf-Sul, Chapecó, 28 a 30 de março de 2001.

Observa-se, na Figura 1, referências à diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar (na inscrição das palavras “Agricultura Familiar” com produtos agrícolas) e a influência ideológica da Igreja no que se refere às metáforas: “Plantando o Novo Sindicalismo” e “Semente de uma Terra Solidária”.¹⁸

A agricultura familiar, ao assumir este papel, assume o retorno à sua função e sociabilidade característica da época do sistema agrícola colonial. Ou seja, com essa “nova” identidade e “novo” projeto busca, primordialmente, reintegrar-se à sociedade nacional, auto-atribuindo-se a função de “alimentar a nação” (leia-se a produção de alimentos para o mercado interno).

¹⁸ Cabe assinalar que estes elementos fazem parte do discurso que fundamentava a ação da Igreja desde a década de 80, quando da deflagração das primeiras oposições sindicais (época em que se objetivava formar um “novo sindicalismo”, um “sindicalismo autêntico”, que defendesse os interesses dos agricultores, resolvesse seus problemas, etc.); e, da mesma forma, a expressão “Semente de uma Terra Solidária” refere-se aos objetivos de fortalecimento dos laços comunitários da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade ou em uma expressão-síntese: da *agricultura familiar* integrada à comunidade.

Alguns elementos da conjuntura atual, entretanto, sustentam a viabilidade relativa dessa alternativa. Se, no passado, buscava-se a produção de alimentos indiferenciados e baratos para uma massa crescente de trabalhadores urbanos, agora as preocupações dos consumidores urbanos em torno da segurança alimentar (disponibilidade e padrões da produção de alimentos) e o aumento dos mercados para produtos diferenciados (redescoberta dos produtos “artesanais”, “caseiros” ou “coloniais”) têm representado uma oportunidade para aqueles que, há tempos, vinham buscando uma alternativa à produção de *commodities* (Vieira, 1998; Mariot, 2002).

Este projeto de agricultura familiar vem contribuindo para agregar uma nova significação ao processo de produção (que anteriormente era visto como penoso ou ineficiente), uma *ressignificação cultural positivada* dos elementos desta agricultura. São incorporados ao discurso elementos ecológicos, da qualidade dos alimentos, de valorização da diversidade, bem-estar, etc. A passagem a seguir é ilustrativa:

[...] eu não tenho dúvida, enquanto dirigente de cooperativa e enquanto agricultor também, que *o meio rural hoje é um meio de se viver bem, basta organização e o agricultor acreditar em si mesmo*. Porque aquilo que a agricultura oferece hoje, a agricultura familiar, é uma coisa muito rica, é uma coisa que o amanhã vai valer muito dinheiro, o salame, a banha, as hortaliças, as frutas, o mandiocal, o batatal, o mel das abelhas, as chimias. E, ainda, o que ele produz pra vender, pra ganhar renda, o leite, criar a terneira corretamente, produzir leite à base de pasto, o soja orgânico, hoje têm mercado diferenciado, ele ganha de 20% a 30% a mais por ele produzir um produto diferenciado (Liderança A. L.).¹⁹

Evidencia-se que a mobilização política e a organização dos agricultores familiares resultou na idéia, divulgada por suas organizações, de que “é possível ser feliz” como agricultor familiar (que a pequena pro-

¹⁹ Liderança de uma cooperativa da agricultura familiar do Alto Uruguai entrevistada pelos autores em 2005.

dução pode sobreviver no capitalismo como produtora de alimentos para a nação e que as famílias, ao exercerem este papel, podem viver bem ou serem felizes). A letra da Música da Agricultura Familiar ilustra estas afirmações:

[...] Sem medo de ser feliz na Agricultura Familiar/ Pois é esta a mão que faz a Nação se alimentar/ A cotia é pioneira na força de organizar/ Todos erguendo as bandeiras viva a luta popular.

É possível ser feliz com amor e muita paz/ Foi na terra que aprendi trabalhando com meus pais/ O sindicalismo novo é ferramenta pra lutar/ Trabalhadores fazendo a grande luta popular/ Unindo conhecimento com a coragem de mudar [...] (Grupo Ecosul/Fetraf-Sul, 2006).

Destaca-se, assim, a postura de fortalecer a identidade da agricultura familiar como um elemento alavancador da pequena produção, que apresentava baixa auto-estima e estava em decadência desde os anos 80. Esta positivação resulta em uma inversão na forma de representação deste setor social.²⁰

Cabe observar que a forma particular de representação do processo de produção de alimentos “saudáveis” remete à especificidade da categoria social, trazendo implicações quanto à sociabilidade. A Figura 2 apresenta os elementos presumivelmente desejáveis da agricultura familiar: família grande, coesa e socialmente estável (observa-se três gerações), descendente de colonos (uso de chapéu de palha) e produtora de variados alimentos para a nação.

²⁰ Em Picolotto (2006) e Picolotto e Diesel (2006) tratamos mais detalhadamente a forma como o movimento se apropria da categoria “agricultura familiar” para positivar o seu modo de produzir e de viver, tomando-se por base o caso do município de Constantina, Alto Uruguai do RS.



Figura 2 – Capa da Revista Semear nº 1, nov 2005. Editada pela FetraF-Sul

Tais considerações são importantes numa conjuntura em que a masculinização e o envelhecimento da população rural são preocupações muito evidentes (Anjos; Caldas, 2005). Conforme destaca Silva (2001, p. 42): “[...] a gestão das pequenas e médias propriedades agropecuárias está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades, enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade.”

Observando-se, no entanto, sob outra perspectiva, pode-se identificar que alguns elementos conservadores estão presentes nesta identidade e projeto. Os princípios conservadores da identidade evidenciam-se na intenção de preservação da unidade doméstica de produção enquanto unidade básica de reprodução social. Incentivam-se formas de cooperação e de ajuda mútua, mas não além das estimuladas e recomendadas pela Igreja desde os anos 80. Ou seja, as atividades cooperativas não passam de atividades complementares à unidade produtiva familiar (como nas agroindústrias, nas associações de máquinas, nos condomínios); ou constituem atividades pontuais como o mutirão na construção de casas, galpões, estrebarias, o auxílio às famílias com pessoas doentes, etc. Assim, mantém-se individualizado o essencial da produção e as atividades cooperativas que propiciam renda (agroindústrias, condomínios, etc.) figuram como complementares à segurança familiar.

Do ponto de vista do potencial do movimento na “renovação da sociedade” também emergem algumas preocupações, sobretudo quanto ao seu poder “combativo”, dada a aproximação com o Estado e as crescentes dificuldades de articulação com outros segmentos sociais, marginalizados, do meio rural.

As diferenças de postura com relação ao Estado levaram à divisão do movimento dos agricultores ainda na metade da década de 1990. No princípio de 1996 uma seca atingiu grande parte da região Sul e deu provas aos agricultores de que as centrais sindicais (CUT/Contag) não conseguiam negociar com os governos medidas suficientemente compensadoras para as perdas da produção. Diante desta constatação, agricultores decidiram mobilizar-se e organizaram vários acampamentos no Rio Grande do Sul. Destas mobilizações surgiu o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).²¹ A criação do MPA pode ser interpretada como uma dissidência do sindicalismo da pequena agricultura que vinha

²¹ Sobre a formação do MPA ver Görgen (1998).

se organizando desde os anos 80. A formação do MPA na região do Alto Uruguai resultou na divisão dos sindicatos até então vinculados ao Departamento Rural da CUT. Assim, enquanto alguns sindicatos buscaram fortalecer o sindicalismo cutista e o projeto da agricultura familiar que estava sendo gestado, outros preferiram mobilizar-se em uma organização mais flexível e dinâmica (movimento social), que permitia desenvolver lutas mais radicalizadas e “por fora” da estrutura oficial do sindicalismo (considerada demasiado burocrática e formalista). Ambos, inicialmente, perseguem um projeto em favor da agricultura familiar, mas diferem, principalmente, no que se refere à forma de luta e na relação com os governos.

A postura crítica do MPA aproximava-se daquela já assumida por outros atores importantes, como MST, MAB, MMTR, CPT e FEAB.²² Este conjunto de atores, ao final da década de 90, agregou-se a um movimento internacional de resistência camponesa, a “Via Campesina”. A Via Campesina, criada em 1992, configura-se como uma organização de diversos movimentos camponeses da Ásia, África, América e Europa. Segundo Fernandes (2004), esta organização atua como uma rede mundial de movimentos camponeses, que se destaca pela busca de realização de um projeto contra-hegemônico baseado na agricultura camponesa (ecológica e sustentável) em oposição à agricultura empresarial especializada, e que, mais recentemente, tem se contraposto radicalmente à utilização de organismos geneticamente modificados na agricultura e à plantação de eucaliptos. Para os críticos, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar constituem uma clara opção do governo federal pela não-realização da reforma agrária e pela concessão de políticas compensatórias a um setor da “pequena agricultura” visando a integrá-la e cooptá-la.

²² MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Feab (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil).

Nesse contexto é interessante observar que se conformam processos de diferenciação de identidades restringindo-se, potencialmente, a amplitude mobilizadora da categoria “agricultura familiar”.²³ Esta diferenciação fica bem clara na fala de um entrevistado (Liderança regional da Fetraf-Sul no Alto Uruguai). Ao remeter às diferenças com a Via Campesina, chamava a atenção para o fato de que eles (agricultores familiares) precisam preservar e fortalecer os agricultores já estabelecidos, que possuem uma cultura local, um modo de produzir, uma estrutura comunitária firmada, propriedades individuais de cada família, em uma expressão-síntese: “os com-terra”. Este entendimento da preservação da “agricultura familiar” (“com-terra”) implica a negação de um outro tipo de pequena agricultura, que é encontrada nos assentamentos de reforma agrária: os grupos coletivos, sem lotes individuais. No entendimento do entrevistado, não seria necessário “destruir” a agricultura familiar para formar fileiras de “sem-terra” e depois recriá-la nos assentamentos. Além disso, outra Liderança (também do Alto Uruguai) argumentou que nos assentamentos coletivos as famílias ao mesmo tempo que são “donas” de tudo, não possuem nada que seja “seu”, não dispõem de patrimônio, não se caracterizando, assim, como “agricultores familiares”.²⁴

²³ Em outro trabalho destacamos os processos de diferenciação de identidades da Fetraf-Sul e da Via Campesina (Picolotto, 2007).

²⁴ Do mesmo modo, a compreensão do alcance do projeto da agricultura familiar enquanto proposta de mudança social requer algumas considerações adicionais sobre seu potencial e sua “seletividade”. Inicialmente, cabe reconhecer que não se pode dizer que a melhoria do reconhecimento público e o aumento da oferta de políticas públicas sejam extensivos a todos os segmentos empobrecidos do campo. Tanto os programas públicos quanto o projeto da agricultura familiar, defendido pelos atores sociais e ele afiliados, buscam fortalecer o segmento social que pode ser potencialmente sustentável (economicamente viável), desde que subsidiados com algumas políticas. Dessa forma, os segmentos camponeses que não são “potencialmente sustentáveis” (os mais fragilizados e marginalizados), aparentemente não estão entre o público beneficiário (prioritário) nem das políticas de fortalecimento auferidas pelo Estado, nem das organizações representativas da agricultura familiar. Não o estão ou porque não possuem capacidade de responder aos recursos públicos com produção de matérias-primas ou porque não desenvolvem a “agricultura familiar”: são agregados, parceiros, ocupantes, “bóias-frias”, cablocos, indígenas, etc. Assim, estes continuam à mercê de organização tanto para reivindicar a inclusão nas políticas já existentes quanto para afirmar suas especificidades perante o Estado e a sociedade. Estes setores “excluídos” das políticas públicas e “não prioritários” às organizações da agricultura familiar têm recebido atenção dos movimentos afiliados à Via Campesina.

Os elementos “conservadores” do projeto são ressaltados pelos críticos. A postura da Fetraf de preconizar a (re)integração aos mercados nacionais de alimentos se dá com o rompimento (ou pelo menos não priorização) das lutas pela reforma da estrutura agrária e pela transformação radical do Estado (via revolucionária). Devido a sua postura de “conformidade” com a distribuição social dos fatores de produção e a não problematização da subordinação camponesa à lógica do capital, a proposta da agricultura familiar é considerada, por alguns setores, como “conservadora” ou “integrada ao capital”²⁵ (Fernandes, 2000, 2004; Carvalho, 2005). Assim, enquanto os movimentos identificados com o projeto da agricultura familiar visualizam na integração com mercados nacionais de alimentos maiores possibilidades de reprodução de suas bases, os identificados com a Via Campesina apontam para os limites destas políticas compensatórias e acreditam que os primeiros movimentos estão sendo cooptados, na medida em que as políticas disponibilizadas para capitalização de setores camponeses transforma-os em “pequenos capitalistas”.

Considerações finais

O caso examinado revela o grande dinamismo e complexidade das manifestações sociais quando observadas no plano empírico. Os agricultores, quando organizados, assumiram identidades diversas e não exclusivas entre si: foram “povo pobre”, “colonos”, “trabalhadores”, “pequenos agricultores”, “agricultores familiares”, entre outras. Assim sendo, parece adequado retomar as teses que, partindo da importância dos “quadros discursivos referenciais” do movimento, remetem à formação de identidades fluidas para, assim, superar as visões e análises estáticas acerca dos

²⁵ Segundo Fernandes (2000, p. 8-9): “No gradiente das organizações do campo vão se configurando e se delimitando novos espaços políticos. Em uma parte pode-se situar – grosso modo – as organizações de *agricultores familiares* – vinculadas à Contag/CUT – que estão mais voltadas às políticas de *integração* ao capital. Noutra parte estão o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e, em certa medida, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que defendem políticas de resistência na luta contra o capital.”

movimentos sociais e seus potenciais renovadores. Nesse sentido, o caso da região analisada parece dar indícios de que num período inicial os movimentos de agricultores assumiram identidades fluidas que podiam agregar todos em variadas circunstâncias. Num segundo momento, porém (a partir de meados da década de 90), começam a ocorrer diferenciações entre os movimentos. A Fetraf-Sul adota a identidade de “agricultor familiar”, ao passo que os movimentos que formaram a seção brasileira da Via Campesina passam a adotar a identidade de “camponês”. Essa diferenciação traz implicações para os projetos de futuro dos movimentos. No caso da Fetraf-Sul (que é foco deste trabalho), na medida em que adotou a identidade de agricultor familiar passou a ter relações mais próximas com setores do Estado e com isso alcançou certo reconhecimento deste, traduzido em forma de políticas públicas. Esta postura de “diálogo” com o Estado, ao mesmo tempo que possibilita aportar um volume maior de políticas públicas para este setor social, também pode ser indicativo de perda de autonomia do movimento. Nesse sentido, pode-se cogitar que o movimento está tendendo a perder sua condição de protagonista na sociedade, adequando-se à institucionalidade vigente.

Aliada a essa postura de maior diálogo com o Estado deve-se ressaltar também que a aproximação dos agricultores à identidade de “agricultura familiar”, ao mesmo tempo que propicia maior auto-estima à categoria, contém também elementos conservadores. Os elementos conservadores remetem a uma certa aceitação das relações sociais capitalistas como estruturadoras da esfera econômica (buscando a inserção dos agricultores nas estruturas estabelecidas mais do que sua superação), reforço às estruturas familiares (mais do que incentivo às formas de trabalho coletivo mais radicais) e um certo distanciamento de outras categorias sociais marginalizadas no campo.

Por fim, cabe destacar que a análise deste caso é particularmente reveladora de como um movimento de agricultores ao mesmo tempo que consegue modificar sua forma de inserção social e o modo como é

reconhecido socialmente (positivação), mantém inalteradas algumas práticas e concepções conservadoras características das “antigas colônias de imigrantes”. Ou seja, ao mesmo tempo que constrói uma renovação na sua forma de inserção na sociedade nacional, mantém uma forte base cultural alicerçada em seu passado. Da mesma forma, entretanto, que estão presentes elementos conservadores, detecta-se no movimento certo potencial de crítica social que pode servir de base para este constituir novos rearranjos futuros, reafirmando-se o grande dinamismo e fluidez característicos dos movimentos sociais quando observados empiricamente. Neste aspecto a História está aberta.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec, 1992.
- ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 13, n. 37, p. 5-30, jun. 1998.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, jan./jun. 2005.
- BONATO, A. A. O Sindicalismo e as organizações da agricultura familiar da região Sul. In: Fetraf-SUL/CUT. *Mutirão da agricultura familiar*. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2003.
- BRUM, A. J. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- CARVALHO, H. M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).
- _____. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

CASTELLS, M. *O fim do milênio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 3).

CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

CORDEIRO, A. et al. *Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil*. [Relatório Preliminar de Estudo encomendado pela FAO]. 2003. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em: 23 maio 2005.

DESER. *Estudo de sistemas agrários em Constantina-RS*. Curitiba: Deser, 2002. Mimeo.

FERNADES, B. M. *A questão agrária no limiar do século XXI*, Presidente Prudente: Nera, 2000. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 23 maio 2005.

_____. *Questões da via camponesa*. Presidente Prudente: Nera, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 23 maio 2005.

FIGUEIREDO, V.; ARAUJO, C. E. Tecnologia agropecuária e movimento sindical de trabalhadores rurais. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 157-217, maio/ago. 1984.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GÖRGEN, F. S. *A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRUPO Ecosul/Fetrafs-SUL. *Música da agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

LAMARCHE, H. (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. (Vol. I).

_____. *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. (Vol. II).

LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, n. 66, p. 91-109, jul. 2003.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Redes e capacidade de ação na sociedade civil: o caso de São Paulo – Brasil. *Redes*, v.12, n.6, jun. 2007. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: 15 out 2007.

MARIOT, E. J. *Produtos agroalimentares típicos (coloniais): situação e perspectivas de valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil*. Vila Real. 2002. Dissertação (Mestrado Internacional em Gestão do Desenvolvimento Rural) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade de Santiago de Compostela, 2002.

MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2001.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

OTTMANN, G. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. *Novos Estudos Cebrap*, n. 41, p. 186-207, mar. 1995.

PICOLOTTO, E. L. “*Sem medo de ser feliz na agricultura familiar*”: o caso do movimento dos agricultores em Constantina-RS. 2006. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Extensão rural; UFSM, Santa Maria, 2006.

_____. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. *Ideas: interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade*, v. 1, 2007 (no prelo).

PICOLOTTO, E. L.; DIESEL, V. *Agricultura familiar: de categoria analítica à projeto social?* I Encontro da Rede de Estudos Rurais, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/4/Everton_e_Vivien.pdf>.

SCHMITT, C. J. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRGS, 1996.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS, 1999a.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. 1999b. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS, Porto Alegre, 1999b.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

_____. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. *Revista de política agrícola*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 11-23, jan./mar. 1998.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETTI, A. *Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Passo Fundo: Berthier, 1992.

Recebido em: 20/11/2007

Aceito em: 29/1/2008